



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº **470/2022** 022

Em atendimento ao disposto no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, esta Comissão de Orçamento e Finanças Públicas é responsável por realizar audiências públicas, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, para que seja feita a prestação de contas quadrimestral pelos poderes Executivo e Legislativo.

Em relação ao acompanhamento da execução físico-financeira do Plano Plurianual 2022/2025 e da execução do Orçamento no primeiro quadrimestre de 2022, entendo ser essencial a participação das demais comissões de mérito.

Dessa forma, solicito a esta Comissão que envie ofício à Comissão de Administração Pública; Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário; Comissão de Saúde e Saneamento; Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo; Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor; e Comissão de Mulheres, concedendo **prazo até o dia 29/04/2022** para que estas apresentem questões sobre os projetos estratégicos e da execução orçamentária, bem como sobre outras ações ligadas à sua competência, que gostariam que fossem detalhadas pelos gestores do Executivo na audiência pública que será realizada no dia 31/05/2022, às 09h30min, no Plenário Camil Caram, com a finalidade de apresentar e discutir a prestação de contas referente ao 1º quadrimestre de 2022 dos poderes Executivo e Legislativo.

A partir das questões enviadas pelas demais Comissões, esta Comissão de Orçamento e Finanças Públicas irá elaborar pedido de informação consolidando todas as questões, desde que digam respeito à execução físico-financeira do Plano Plurianual 2022/2025 e da execução do Orçamento no primeiro quadrimestre de 2022.

Belo Horizonte, 31 de março de 2022.

  
Vereador Professor Claudiney Dulim  
Presidente da Comissão Orçamento e Finanças Públicas

À Comissão de Orçamento e Finanças Públicas  
Câmara Municipal de Belo Horizonte

**Proposição Inicial**  
**Avulsos distribuídos em:**  
5 1 9 1 2 2  
13 654  
**Responsável pela distribuição**

CHB\_DIREG-04/abr/22-14:55:13-004912-1



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQ 471/2022

Em atendimento ao art. 9º, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, esta Comissão de Orçamento e Finanças Públicas é responsável por realizar audiências públicas para que seja feita a prestação de contas quadrimestral pelos poderes Executivo e Legislativo.

Assim, proponho a esta Comissão a realização de audiência pública de prestações de contas referentes ao primeiro quadrimestre de 2022, a ser realizada às 09h30min do dia 31/05/2022, no plenário Camil Caram.

Dessa forma, solicito que sejam convidados todos os integrantes da lista apresentada no Anexo I, bem como as autoridades abaixo:

- a Diretora de Administração e Finanças da Câmara Municipal de Belo Horizonte, para apresentar a prestação de contas do Legislativo;
- o Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão e o Secretário Municipal de Fazenda para:
  1. demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais, nos termos do Anexo II;
  2. demonstrar e avaliar o cumprimento das metas físicas e financeiras estimadas para subações vinculadas aos projetos estratégicos.

Por fim, proponho que a divulgação do evento seja feita por meio da Superintendência de Comunicação Institucional desta Câmara.

Belo Horizonte, 01 de abril de 2022.

  
Vereador Professor Claudiney Dulim  
Presidente da Comissão Orçamento e Finanças Públicas

À Comissão de Orçamento e Finanças Públicas  
Câmara Municipal de Belo Horizonte



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## **ANEXO I** **Lista de Convidados**

### **1. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

### **2. COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

- Comissão de Legislação e Justiça
- Comissão de Administração Pública
- Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana
- Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário
- Comissão de Saúde e Saneamento
- Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo
- Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor
- Comissão de Mulheres
- Comissão de Participação Popular

### **3. SECRETÁRIOS MUNICIPAIS**

- Secretário Municipal de Governo

### **4. CONSELHOS MUNICIPAIS**

- Presidente do Conselho Municipal de Educação
- Presidente do Conselho Municipal de Saúde
- Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência
- Presidente do Conselho Municipal de Política Urbana
- Presidente do Conselho Municipal do Idoso
- Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social
- Presidente do Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
- Presidente do Conselho Municipal da Juventude - Comjuve
- Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente
- Presidente do Conselho Municipal de Defesa Social
- Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
- Presidente do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte
- Presidente do Conselho de Alimentação Escolar
- Presidente do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas de Belo Horizonte
- Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural de Belo Horizonte
- Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico
- Presidente do Conselho Municipal de Habitação
- Presidente do Conselho Municipal de Política de Esportes de Belo Horizonte
- Presidente do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial
- Presidente do Conselho Municipal de Saneamento
- Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Presidente do Conselho Municipal de Turismo
- Presidente do Conselho Municipal do Auxílio de Transporte Escolar
- Presidente do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana
- Presidente do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb – BH

## 5. OUTRAS AUTORIDADES PÚBLICAS

- Procurador (a)-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - Ministério Público do Estado de Minas Gerais
- Coordenador (a) da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Belo Horizonte
- 19ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde
- Procurador (a)-Chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais — Ministério Público Federal
- Defensor Público (a)-Chefe da Defensoria Pública da União em Minas Gerais
- Defensor (a) Público (a)-Geral do Estado de Minas Gerais
- Presidente do Tribunal de Contas de Minas Gerais
- Coordenador (a) de Fiscalização e Avaliação da Macrogestão Governamental de Belo Horizonte do Tribunal de Contas de Minas Gerais
- Ministro (a) da Transparência

## 6. SOCIEDADE CIVIL

- Todos aqueles que foram convidados para audiências públicas na Câmara Municipal nos últimos dois anos
- Todos que apresentaram sugestões populares no ciclo orçamentário desde 2018
- Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte - Sindibel
- Diretor (a) do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte - Sind-Rede/BH
- Núcleo de Estudos Sociopolíticos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
- Diretor (a) Administrativo (a) do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais - Sind-Saúde
- Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Orçamento — Abop
- Presidente do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais - Corecon – MG
- Presidente do Conselho Regional de Administração de Minas Gerais – CRA – MG
- Presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais – CRC – MG
- Presidente da Oficina de Imagens, Comunicação e Educação
- Diretor (a)-Presidente do Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais - Cemais
- Secretaria-Executiva da Frente de Defesa da Criança e do Adolescente
- Fórum Mineiro da Política de Assistência Social
- Fórum Mineiro de Participação Popular
- Diretor (a)-Presidente do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais - Sinmed-MG
- Presidente da Associação dos Profissionais Liberais de Engenharia, Arquitetura, Agrimensura e Agronomia da Prefeitura de Belo Horizonte - Aplena
- Presidente do Sindicato dos Economistas do Estado de Minas Gerais – Sindecon/MG
- Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais e Auditores Técnicos de Tributos
- Secretário (a)-Executivo(a) do Movimento Nossa BH



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Coordenador (a) do Pólo de Cidadania da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais — UFMG
- Coordenador (a) do Centro de Estudos Legislativos do Departamento de Ciências Políticas da Universidade Federal de Minas Gerais - CEL-DCP/UFMG
- Coordenador (a) do Observatório para a Qualidade da Lei - Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
- Associação Democracia Ativa
- Associação Mineira das Federações Esportivas [amifemg@yahoo.com.br](mailto:amifemg@yahoo.com.br)

## ANEXO II

### Conteúdo mínimo da apresentação sobre o cumprimento das metas fiscais

1. Evolução do PIB municipal;
2. Evolução do emprego formal e do mercado de trabalho;
3. Evolução dos itens da receita a seguir: operações de crédito, receitas tributárias e transferências correntes;
4. Arrecadação tributária, detalhando os impostos e taxas;
5. Detalhamento da arrecadação das transferências correntes do Estado de Minas Gerais e da União;
6. Detalhamento da despesa fixada, empenhada, liquidada e paga conforme os itens a seguir: investimentos, inversões financeiras, serviço da dívida, outras despesas correntes, pessoal e encargos sociais;
7. Indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal:
  - a. Relação: Despesa de Pessoal/Receita Corrente Líquida;
  - b. Relação: Dívida Fundada/Receita Corrente Líquida;
  - c. Percentual de aplicação na saúde e educação;
8. Evolução do endividamento do município;
9. Evolução do resultado primário e nominal;
10. Demonstrativo dos restos a pagar;
11. Demonstrativo de Parcerias Público-Privadas;
12. Demonstrativo consolidado das receitas e despesas do Regime Próprio de Previdência;
13. Demonstrativo da projeção atuarial do Regime Próprio de Previdência.

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:

5 19 122

654

Responsável pela distribuição

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº  
**488/2022**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Prefeito de Belo Horizonte, Sr. Fuad Noman, e ao Secretário Municipal de Fazenda, Sr. Leonardo Colombini, pedido de informação sobre a evolução do reajuste do valor da tarifa de transporte público da capital.

No Requerimento de Comissão nº 26/2022 foi solicitada a apresentação do histórico de reajuste do valor da tarifa de transporte público, desde a data da concessão da isenção do ISSQN, PIS e COFINS em 2013, bem como os cálculos que os subsidiaram.

Em resposta ao requerimento, o Ofício SMGO/DALE nº 137/2022 encaminhou a informação técnica BHTRANS/DTP/SUTP/GCETT nº 012/2022, contendo os estudos de aplicação da fórmula paramétrica nos anos de 2014, 2017 e 2018.

Uma vez que não foram contemplados todos os anos, reitera-se o requerimento para que sejam apresentados os cálculos referentes aos anos de 2015, 2016, 2019, 2020 e 2021.

Ainda de acordo com a NT BHTrans/DTP/GECET nº 005/2015, em 2013, com a isenção do ISSQN, PIS e COFINS houve uma redução de R\$ 0,15 (quinze centavos) na tarifa, que passou de R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos) para R\$ 2,65 (dois reais e sessenta e cinco centavos).

Dessa forma, passo às seguintes solicitações e questionamentos:

1 – Requeiro que seja apresentado o cálculo que justifica a redução da passagem em R\$ 0,15 (quinze centavos) após a isenção do ISSQN, PIS e COFINS.

2 – A partir de julho de 2013, qual foi o valor mensal que as concessionárias deixaram de repassar para o Município em razão da isenção concedida?

3 – Qual foi o número de usuários pagantes mensal, desde julho de 2013, que utilizaram o transporte público coletivo?

4 – Se nunca tivesse sido concedida a isenção de impostos pela Lei 10.638, de 16 de julho de 2013, qual seria o valor atualizado da tarifa de ônibus, no dia de hoje, considerando-se a aplicação da fórmula paramétrica em todos os anos desde 2013?

5 – Tendo em vista a aprovação do PL 197/2021 (Proposição de lei nº 56/2021), qual será o valor mensal a ser pago pelas concessionárias de transporte público a título de ISSQN?

6 – Qual foi o valor total que deixou de ser arrecadado pelo município desde 2013 com a concessão de isenção dos impostos de ISSQN, PIS e COFINS? Favor informar o valor total e discriminar os valores por ano.

Belo Horizonte, 05 de abril de 2022.

FERNANDA PEREIRA  
ALTOE:04519898641  
Assinado de forma digital  
por FERNANDA PEREIRA  
ALTOE:04519898641  
Dados: 2022.04.05 14:59:09  
-03'00'

Vereadora Fernanda Pereira Altoé

Ao Senhor

Vereador Professor Claudiney Dulim

Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas



[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura **aprovado**, em conformidade com a MP 2.200-2/2001

Data de verificação	05/04/2022 15:05:59 BRT
Versão do software	2.8.1
Nome do arquivo	PL_ISSQN.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	add4dfb73d2ed7e2e1179298568660356f2f306579 e5f47dded4a92502868f1

▼ Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:\*\*\*198986\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Em conformidade com o padrão
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Atributos obrigatórios/opcionais	Aprovados
Certificados necessários	Nenhum certificado é necessário
Mensagem de alerta	Atualizações incrementais não verificadas

► Caminho de certificação

► Atributos

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:

05 / 04 / 22

Responsável pela distribuição

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**  
**GABINETE DO VEREADOR PEDRO PATRUS - PT/BH**

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

**PARECER EM SEGUNDO TURNO**

**PROJETO DE LEI 43/2021**

**VOTO DO RELATOR**

**RELATÓRIO**

O Projeto de Lei n. 43/2021, de autoria dos Vereadores Irlan Melo e Professora Marli que "dispõe sobre a política de atenção integral à saúde das pessoas com doenças raras no Município".

O projeto em exame foi encaminhado às Comissões de Legislação e Justiça, de saúde e saneamento, de Administração Pública e a esta Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, nos termos do Regimento Interno desta Casa.

A Comissão de Legislação e Justiça manifestou pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, conforme se verifica às fls. 30/37, com apresentação de emenda.

A Comissão de Saúde e Saneamento opinou pela aprovação, conforme fls. 42/44.

Nas Comissões de Administração Pública e de Orçamento e Finanças Públicas não foram emitidos pareceres, ocorrendo perda de prazo nos termos do art. 79, caput, c/c art. 81, § 2º-A, ambos do Regimento Interno, conforme às fls. 46 e 53.

Durante a tramitação em primeiro turno da proposição em tela foram apresentadas 02 (duas) emendas ao projeto de lei.

Seguindo o trâmite legislativo, o Projeto foi levado à votação ao Plenário desta casa, sendo aprovado em primeiro turno, conforme ata da 80ª Reunião Ordinária, ocorrida em 16 de setembro de 2021.

Em segundo turno, a Comissão de Legislação e Justiça manifestou-se pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das Emendas nº 1 e 2, conforme fls. 58/70.



**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**  
**GABINETE DO VEREADOR PEDRO PATRUS - PT/BH**

Na Comissão de Saúde e Saneamento as emendas foram aprovadas, conforme, fls. 75/76.

A Comissão de Administração Pública opinou pela rejeição da Emenda 01 e pela aprovação da Emenda 02, conforme fls. 79/81.

Ultrapassada as análises das Comissões pertinentes à matéria, cabe agora a esta Comissão de Orçamento e Finanças Públicas nos termos do art. 52, III, "b" e "c" do Regimento Interno, avaliar os aspectos da repercussão financeira do projeto e sua compatibilidade com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município de Belo Horizonte.

Com objetivo de embasar o presente parecer, a Comissão de Orçamento de Finanças Públicas aprovou requerimento encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, devidamente respondido na forma do Ofício 116/2022 — CMSBH/EXTERNO/CMBH, conforme fls. 85/89.

Emito o presente parecer em conformidade com o artigo 85 e demais dispositivos afins do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

## **FUNDAMENTAÇÃO**

Como dito, o Projeto de Lei n. 43/2021, de autoria dos Vereadores Irlan Melo e Professora Marli que "dispõe sobre a política de atenção integral à saúde das pessoas com doenças raras no Município", recebeu 02 (duas) emendas, ambas supressivas, quais sejam:

A Emenda Supressiva n. 1, aprovada na Comissão de Legislação e Justiça, suprime o artigo 6º do referido projeto de lei:

*Art. 2º. Suprima-se o art. 6º do Projeto de Lei 43/2021.*

Vejamos o dispositivo suprimido pela emenda:

*Art. 6º - Compete ao Município, no âmbito da rede pública de saúde:*

*I - pactuar as ações e os serviços necessários para a atenção integral das pessoas com doenças raras;*

*II - planejar e programar as ações e os serviços de atenção para doenças raras, assim como o cuidado das pessoas com doenças raras, considerando-se sua base territorial e as necessidades de saúde locais;*



**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**  
**GABINETE DO VEREADOR PEDRO PATRUS - PT/BH**

*III - organizar as ações e os serviços de atenção para doenças raras, assim como o cuidado das pessoas com doenças raras, considerando-se os serviços disponíveis no Município;*

*IV - planejar e programar as ações e os serviços públicos de saúde necessários para atender as pessoas com doenças raras;*

*V - realizar regulação visando à garantia do atendimento local às pessoas com doenças raras, de acordo com as necessidades de saúde; VI - realizar a regulação entre os componentes da rede de atenção à saúde, com definição de fluxos de atendimento à saúde para fins de controle do acesso e da garantia de equidade, promovendo a otimização de recursos segundo a complexidade e a densidade tecnológica necessárias à atenção à pessoa com doenças raras, com sustentabilidade do sistema público de saúde;*

*VII - implantar o acolhimento e a humanização da atenção de acordo com a Política Nacional de Humanização - PNH;*

*VIII - analisar os dados municipais relativos às ações de prevenção e às ações de serviços prestados à pessoa com doenças raras, produzidos pelos sistemas de informação vigentes, e utilizá-los de forma a aperfeiçoar o planejamento das ações locais e a qualificar a atenção da pessoa com doenças raras;*

*IX - definir os estabelecimentos de saúde que ofertam ações de promoção e prevenção e que prestam o cuidado à pessoa com doenças raras, no âmbito da rede pública de saúde;*

*X - garantir apoio psicológico à pessoa com doenças raras e aos seus familiares e cuidadores;*

*XI - programar ações de qualificação para profissionais e trabalhadores de saúde para o desenvolvimento de competências e de habilidades relacionadas às ações de prevenção e de controle das doenças raras;*

*XII - promover campanhas de informação à população acerca das doenças raras, especialmente sobre os sintomas, o diagnóstico precoce, o tratamento e o acesso ao atendimento integral à saúde.*

A Emenda Supressiva n. 2 de autoria do Vereador Wesley suprime o artigo 8º do projeto:

*Art. 1º — Suprime-se o artigo 8º do Projeto de Lei nº 43/2021.*

Vejamos o artigo 8º, *in verbis*:

*Art. 8º - O Executivo regulamentará esta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir de sua publicação.*



**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**  
**GABINETE DO VEREADOR PEDRO PATRUS - PT/BH**

Oportuno salientar que, não cumpre a esta Comissão adentrar no mérito de questão que envolve a análise das demais comissões temáticas desta casa, assim, a análise se limitará aos requisitos objetivos próprios desta Comissão de Orçamento e Finanças Públicas.

**DA REPERCUSSÃO FINANCEIRA; (ART. 52, III, B)**

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar nº 101), repercussão financeira é toda e qualquer ação que gera custos ao erário ou implique em renúncia de receitas.

Nos artigos 15 e 16 da LRF, é vedada a geração de despesa ou assunção de obrigação, bem como a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa:

*Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.*

*Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:*

*I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;*

*II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.*

*§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:*

*I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;*

*II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.*

*§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.*

*§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.*



**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**  
**GABINETE DO VEREADOR PEDRO PATRUS - PT/BH**

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar nº 101), repercussão financeira é toda e qualquer ação que gera custos ao erário ou implique em renúncia de receitas. Em análise as emendas, por se tratarem de supressão de dispositivos, não verificamos a ocorrência de nenhuma das situações elencadas nos dispositivos acima colacionados.

Cabe aqui trazer à baila o entendimento do conselho sobre um dos quesitos apresentados sobre os possíveis impactos financeiros da proposta, *in verbis*:

*"O conselho entende que no Art. 24 da Portaria MS/GM nº 199 no § 1º diz que, "O Incentivo de que trata o "caput" será efetuado por meio do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) pós-produção", e que no § 3º "O repasse dos recursos de que trata este artigo ocorrerá em conformidade com a produção dos respectivos procedimentos informados no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS)". Também se faz pertinente a redação do Art. 26 que numa Eventual complementação dos recursos financeiros repassados pelo Ministério da Saúde para o custeio das ações da Política é de responsabilidade conjunta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em conformidade com a pactuação estabelecida na respectiva CIB e CIR. **Portanto as previsões legais indicam o amparo financeiro e a sua devida ordem e obrigações aos entes participantes sem prejuízo ao ente local e neste caso o município.**" (grifo nosso)*

***Ainda no tocante a manifestação do Conselho , vejamos:***

*(...) em referência ao Artigo 6º ora excluído, o Artigo 11º da Portaria MS/GM nº 199 afirma a legitimidade da Secretaria Municipal de Saúde, para pactuar regionalmente por intermédio do Colegiado Intergestores Regional (CIR) e Comissão de Intergestores Bipartite (CIB), Planejar e programar ações e os serviços de doenças raras, organizar as ações e serviços de atenção para doenças raras, planejar e programar ações e operacionalizar a contratualização dos serviços, realizar ações de regulação, realizar regulação em sua complexidade, realizar articulação Interfederativa regional e interregional, implantar o PNH, analisar dados e planejar ações à partir da coleta, definir estabelecimentos de saúde, efetuar e manter dados de profissionais ao cadastro SCNES e qualificar profissionais, desenvolver competências e habilidades no controle de doenças raras. Que nas questões de Financiamento no Capítulo VII do Financiamento da Portaria MS/GM nº 199 os Artigos 22º, 23º, 24º, 25º, 26º, 27º e 28º norteiam o gestor sobre as condições do financiamento das ações com o devido controle de monitoramento através da comprovação de aplicação dos recursos financeiros por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG).*

Verifica-se que as as competências sobre financiamento das ações já estão previstas em portaria, para a Secretaria Municipal de Saúde, portanto, não podemos afirmar que o dispositivo suprimido ocasionaria em novas despesas.



**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**  
**GABINETE DO VEREADOR PEDRO PATRUS - PT/BH**

Assim, do ponto de vista financeiro, não se vislumbra óbice aos dispositivos suprimidos uma vez que não trazem impacto financeiro direto para administração pública, ou seja, não prevê acréscimos ou despesas relevantes sobre as contas públicas.

Desta forma, salvo melhor juízo, tendo em vista as instruções constantes na legislação consonantes à administração pública, o conteúdo do projeto de lei original está em conformidade com os requisitos legais da Lei de Responsabilidade Fiscal no que tange à repercussão financeira.

**DA COMPATIBILIDADE DAS PROPOSIÇÕES COM O PLANO DIRETOR, O PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E O ORÇAMENTO ANUAL; (ART. 52, III, C)**

No que se refere ao Plano Diretor Lei Municipal nº 11.181/2019, ***não se verifica no atual Plano Diretor a presença de incompatibilidades*** em relação ao Projeto de Lei em estudo.

A **Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO**, estabelece quais serão as prioridades de investimento do governo para o ano seguinte. Para isso, fixa o montante de recursos que se pretende economizar; traça regras, vedações e limites para as despesas; autoriza o aumento das despesas com pessoal; regulamenta as transferências a entes públicos e privados; disciplina o equilíbrio entre as receitas e as despesas; além de estabelecer orientações para elaboração do orçamento anual. Portanto, é necessário que os Projetos de Lei em trâmite nesta casa estejam em consonância com a LDO.

Temos que atualmente a LDO é disciplinada pela Lei 11.253/2020 e dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do ano de 2021.

*Art. 2º - As prioridades e metas da administração pública municipal para o exercício de 2021 da LDO traz como prioridades e metas (...)*

*I - Área de Resultado Saúde:*

*(...)*

*ii) promoção do acesso a ações e serviços para efetivação, proteção e recuperação da saúde da criança e do adolescente, inclusive daqueles com deficiência, que necessitem de tratamento, habilitação ou reabilitação, conforme sua necessidade específica, bem como o aprimoramento da rede de atendimento para o tratamento de crianças e adolescentes com doenças raras;*



**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**  
**GABINETE DO VEREADOR PEDRO PATRUS - PT/BH**

Nestes termos, verificamos que o **Projeto de Lei é compatível com a “mens legis” da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).**

A **Lei do Orçamento Anual – LOA/2021** é disciplinada pela Lei 11.277/20 e define a origem, o montante e o destino dos recursos a serem utilizados no Município. Ela traz a previsão da receita, que representa os recursos dos tributos, dos empréstimos e de outras fontes, que devem ser arrecadados durante o ano e fixa esse mesmo valor como teto para as despesas que poderão ser executadas pelo governo.

É sabido que a LOA deve ser elaborada de acordo com o PPAG e com a LDO, devendo estar em consonância entre elas.

Conforme anotado anteriormente, o Projeto não apresenta incompatibilidades com o PPAG e nem com a LOA.


Sendo assim, verifica-se que, por consequência, o projeto de lei é compatível com as peças orçamentárias, uma vez que prevê despesas para **Promoção da Saúde**.

**Observando-se a competência desta comissão, as emendas não encontram obstáculos na legislação supracitada, sendo aptas à aprovação.**

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, salvo melhor juízo, o parecer é pela rejeição das emendas das Emendas Supressivas 1 e 2 ao Projeto de Lei nº 43/2021.

Belo Horizonte, 05 de abril de 2022.



Pedro Patrus  
Vereador do PT





**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**  
**GABINETE DO VEREADOR PEDRO PATRUS - PT/BH**

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

**PARECER EM SEGUNDO TURNO**

**PROJETO DE LEI 91/2021**

**VOTO DO RELATOR**

**RELATÓRIO**

O Projeto de Lei n. 91/2021, de autoria do Vereador Rubão que “Dispõe sobre a Política Municipal de Vacinação contra a Leishmaniose.”

O projeto em exame foi encaminhado às Comissões de Legislação e Justiça, de saúde e saneamento, de Administração Pública e a esta Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, nos termos do Regimento Interno desta Casa.

A Comissão de Legislação e Justiça manifestou pela constitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade, conforme se verifica às fls. 21/24.

A Comissão de Saúde e Saneamento opinou pela aprovação, conforme fls. 26/28.

Na Comissão de Administração Pública não foi emitido parecer, ocorrendo perda de prazo nos termos do art. 79, caput, c/c art. 81, § 2º-A, ambos do Regimento Interno, conforme às fls. 30.

Nesta Comissão de Orçamento e Finanças Públicas o relator em primeiro turno opinou pela rejeição do Projeto de Lei, conforme fls. 32/34.

Durante a tramitação em primeiro turno da proposição em tela foram apresentadas 02 (duas) emendas ao projeto de lei.

Seguindo o trâmite legislativo, o Projeto foi levado à votação ao Plenário desta casa, sendo aprovado em primeiro turno, conforme ata da 106ª Reunião Ordinária, ocorrida em 09 de dezembro de 2021.

CMBH\_DIRLEG-05/abr/22-15:50:18-004946-1



**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**  
**GABINETE DO VEREADOR PEDRO PATRUS - PT/BH**

Em segundo turno, a Comissão de Legislação e Justiça manifestou-se pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das Emenda Substitutiva n.º 1 e do Substitutivo-Emenda n.º 2, ao Projeto de Lei n. 91/2021, conforme fls. 42/44.

Na Comissão de Saúde e Saneamento as emendas foram aprovadas, conforme, fls. 46/47.

A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação das Emendas, conforme fls. 50/51.

Ultrapassada as análises das Comissões pertinentes à matéria, cabe agora a esta Comissão de Orçamento e Finanças Públicas nos termos do art. 52, III, "b" e "c" do Regimento Interno, avaliar os aspectos da repercussão financeira do projeto e sua compatibilidade com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município de Belo Horizonte.

Emito o presente parecer em conformidade com o artigo 85 e demais dispositivos afins do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

## **FUNDAMENTAÇÃO**

Como dito, o Projeto de Lei n. 91/2021, autoria do Vereador Rubão que **"Dispõe sobre a Política Municipal de Vacinação contra a Leishmaniose."**, recebeu 02 (duas) emendas, quais sejam:

Emenda Substitutiva nº 1 altera o inciso II do artigo 2º do Projeto de Lei 91/2021 passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art 2º - [...] II — Campanha de incentivo à arrecadação realizada no Hospital Veterinário Público de Belo Horizonte, com o objetivo de realizar compra de vacinas para custear a vacinação de animais, uma vez ao ano.*

O nobre colega autor da emenda a justifica da seguinte forma:

*O presente Art.2º, II deste projeto de lei apresenta ilegalidade, nos termos dos artigos 15 e 16 da Lei Federal 101/2000, dessa forma, essa emenda é apresentada com o objetivo de aprimorar o que está proposto neste artigo, em termos que estejam de acordo com a lei. Dito isso, apresento uma emenda de campanha de incentivo à arrecadação, a fim de custear a compra das vacinas, para que o Município a disponibilize gratuitamente.*



**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**  
**GABINETE DO VEREADOR PEDRO PATRUS - PT/BH**

A Emenda Substitutiva n. 2 é proposta pelo mesmo autor do projeto original, na seguinte forma:

*Art. 1 ° Fica instituída a Política Municipal de Conscientização contra a Leishmaniose animal com a finalidade de prevenir e controlar a doença.*

*Art. 2° - A Política de que trata o art. 1° desta Lei compreende as seguintes ações:*

*I - Campanha de divulgação, tendo as principais metas:*

- a) elucidação sobre as características da doença e seus sintomas;*
- b) precauções a serem tomadas pelos proprietários dos animais;*
- c) orientação sobre a vacinação contra Leishmaniose.*

*Art.3 ° - O Poder Público poderá firmar convênio com instituições públicas e/ou privadas.*

*Art. 4 ° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

Muito embora a justificativa da emenda substitutiva nº 2 seja igual ao projeto original, verifica-se que o objetivo do autor foi adequar o projeto para que este não encontre óbices na legislação.

Oportuno salientar que, não cumpre a esta Comissão adentrar no mérito de questão que envolve a análise das demais comissões temáticas desta casa, assim, a análise se limitará aos requisitos objetivos próprios desta Comissão de Orçamento e Finanças Públicas.

**DA REPERCUSSÃO FINANCEIRA; (ART. 52, III, B)**

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar nº 101), repercussão financeira é toda e qualquer ação que gera custos ao erário ou implique em renúncia de receitas.

Nos artigos 15 e 16 da LRF, é vedada a geração de despesa ou assunção de obrigação, bem como a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa;

*Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.*

*Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:*



**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**  
**GABINETE DO VEREADOR PEDRO PATRUS - PT/BH**

*I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;*

*II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.*

*§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:*

*I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de datação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;*

*II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.*

*§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.*

*§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.*

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar nº 101), repercussão financeira é toda e qualquer ação que gera custos ao erário ou implique em renúncia de receitas.

Do ponto de vista financeiro, não se vislumbra óbice, uma vez que as emendas apresentadas em exame não trazem impacto financeiro direto para administração pública, ou seja, não prevê acréscimos ou despesas relevantes sobre as contas públicas.

Sobre despesas irrelevantes, lei nº 11.308, de 9 de setembro de 2021 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), dispõe:

*Art. 45 - Para os efeitos do § 3º do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101/00, considera-se despesa irrelevante aquela que não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do caput do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.*

Desta forma, salvo melhor juízo, tendo em vista as instruções constantes na legislação consonantes à administração pública, o conteúdo das emendas ao projeto de lei estão em conformidade com os requisitos legais da Lei de Responsabilidade Fiscal no que tange à repercussão financeira.



**DA COMPATIBILIDADE DAS PROPOSIÇÕES COM O PLANO DIRETOR, O PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E O ORÇAMENTO ANUAL: (ART. 52, III, C)**

No que se refere ao Plano Diretor Lei Municipal nº 11.181/2019, ***não se verifica no atual Plano Diretor a presença de incompatibilidades*** em relação ao Projeto de Lei em estudo.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, estabelece quais serão as prioridades de investimento do governo para o ano seguinte. Para isso, fixa o montante de recursos que se pretende economizar; traça regras, vedações e limites para as despesas; autoriza o aumento das despesas com pessoal; regulamenta as transferências a entes públicos e privados; disciplina o equilíbrio entre as receitas e as despesas; além de estabelecer orientações para elaboração do orçamento anual. Portanto, é necessário que os Projetos de Lei em trâmite nesta casa estejam em consonância com a LDO.

Temos que atualmente a LDO é disciplinada pela Lei 11.253/2020 e dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do orçamento do ano de 2021.

*Art. 2º - As prioridades e metas da administração pública municipal para o exercício de 2021 da LDO traz como prioridades e metas (...)*

*VIII - Área de Resultado Sustentabilidade Ambiental:*

*i) valorização e proteção da fauna urbana e silvestre por meio da gestão intersetorial da política municipal de proteção animal;*

Nestes termos, verificamos que o Projeto de Lei é compatível com a “mens legis” da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A Lei do Orçamento Anual – LOA/2021 é disciplinada pela Lei 11.277/20 e define a origem, o montante e o destino dos recursos a serem utilizados no Município. Ela traz a previsão da receita, que representa os recursos dos tributos, dos empréstimos e de outras fontes, que devem ser arrecadados durante o ano e fixa esse mesmo valor como teto para as despesas que poderão ser executadas pelo governo.

É sabido que a LOA deve ser elaborada de acordo com o PPAG e com a LDO, devendo estar em consonância entre elas.



**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**  
**GABINETE DO VEREADOR PEDRO PATRUS - PT/BH**

O PPAG contém política de em prol da defesa e bem-estar dos animais domésticos no ambiente urbano e elaboração de um plano de manejo de animais, domésticos e silvestres, em situações que podem apresentar riscos à sociedade.

*Programas/Ações/Subações: (306) Bem Estar Animal (2877) Gestão Intersetorial da Política Municipal de Proteção Animal (4) Planos de manejo para controle populacional de animais (1) Gestão Operacional da Política Municipal de Defesa dos Animais (3) Fóruns ambientais sobre a causa animal*

A **Lei do Orçamento Anual** – LOA/2021 é disciplinada pela Lei 11.277/20 e define a origem, o montante e o destino dos recursos a serem utilizados no Município. Ela traz a previsão da receita, que representa os recursos dos tributos, dos empréstimos e de outras fontes, que devem ser arrecadados durante o ano e fixa esse mesmo valor como teto para as despesas que poderão ser executadas pelo governo.

É sabido que a LOA deve ser elaborada de acordo com o PPAG e com a LDO, devendo estar em consonância entre elas.

Conforme anotado anteriormente, o Projeto não apresenta incompatibilidades com o PPAG e nem com a LOA.

Sendo assim, verifica-se que, por consequência, o projeto de lei é compatível com as peças orçamentárias, uma vez que prevê despesas para **Proteção animal**.

**Observando-se a competência desta comissão, as emendas não encontram obstáculos na legislação supracitada, sendo aptas à aprovação.**

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, salvo melhor juízo, o parecer é pela aprovação das Emendas substitutiva nº 1 e 2 ao Projeto de Lei nº 91/2021.

Belo Horizonte, 05 de abril de 2022.

Pedro Patrús  
Vereador do PT

Ofício PBH Ativos/CMBH nº 023/2022

Belo Horizonte, 22 de março de 2022


**Ref.: Demonstrações Financeiras – exercício 2021.**

Senhora Presidente,

Nos termos do artigo 7º da Lei Municipal nº 10.003, de 25 de novembro de 2010, encaminhamos à digna Presidente, para apreciação, as Demonstrações Financeiras da PBH Ativos S/A referentes ao 1º semestre de 2021, incluindo o Parecer de Auditoria, elaborado pelos Auditores Independentes.

Colocando-me à disposição, caso necessário maiores esclarecimentos junto à Câmara Municipal de Belo Horizonte, conforme previsto no artigo 10, da citada Lei 10.003/2010.

Atenciosamente,

  
Pedro Meneguetti  
Diretor Presidente  
PBH Ativos S.A.

À  
Excelentíssima Senhora  
**Vereadora Nely Aquino**  
D.D. Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte  
CMBH

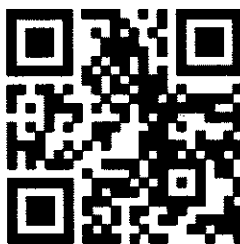


**Russell Bedford**  
*taking you further*

## **PBH ATIVOS S.A.**

**Relatório de revisão das informações contábeis  
intermediárias**

**Referente ao 1º semestre do exercício de  
2021.**



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem

contato@russellbedford.com.br

**www.russellbedford.com.br**

+55 (11) 4007.1219



**PBH ATIVOS S.A.**

**Informações contábeis intermediárias  
Em 30 de junho de 2021**

**Conteúdo**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

**Balancos patrimoniais**

**Demonstrações do resultado**

**Demonstrações do resultado abrangente**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

3



## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

**Aos**

**Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
PBH ATIVOS S.A.  
Belo Horizonte – MG**

### **Introdução**

Revisamos o balanço patrimonial intermediário da **PBH ATIVOS S.A. ("Companhia")**, em 30 de junho de 2021, e as respectivas demonstrações intermediárias do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é a responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstrações intermediárias e com a norma internacional *"IAS 34 - Interim Financial Reporting"*, emitida pelo *"International Accounting Standards Board (IASB)"*. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que de auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicável à elaboração de demonstrações contábeis intermediárias.



**Russell Bedford**  
*taking you further*

## **Outros assuntos**

### **Valores correspondentes**

As informações contábeis da **PBH ATIVOS S.A. ("Companhia")**, para 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2020, foram revisadas por outro auditor independente, que emitiu seu relatório em 21 de agosto de 2020 e 31 de março de 2021, com conclusão e opinião sem ressalvas sobre essas informações contábeis.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2022.

**RUSSELL BEDFORD GM**  
**AUDITORES INDEPENDENTES S/S**  
**2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP**

  
Roger Maciel de Oliveira  
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP  
Sócio Responsável Técnico

**Balancos patrimoniais**  
**Em 30 de junho de 2021**  
**(Em Reais Mil)**

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	30/06/2021	31/12/2020		Nota explicativa	30/06/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	86.747	67.847	Debêntures	12	36.933	62.663
Aplicações vinculadas	8	4.904	3.179	Fornecedores		50	58
Créditos a receber	4	65.453	65.774	Impostos e obrigações a recolher	13	2.696	1.148
Impostos a recuperar	5	402	1.703	Salários, remunerações e encargos sociais	14	336	341
Antecipação de impostos	6	1.627	-	Provisões trabalhistas	15	421	319
Outros ativos		5	3	Outros passivos		35	28
		<b>159.138</b>	<b>138.506</b>			<b>40.470</b>	<b>64.557</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Créditos a receber	4	388.969	413.007	Debêntures	12	209.924	198.350
Depósitos judiciais	7	19.511	18.288	Garantias e cauções passivas	9.2	14	13
Aplicações vinculadas	8	-	6.556	Tributos diferidos	21.2	71.597	71.076
Garantias e cauções	9.1	153.885	147.746	Contingência fiscal	7	19.511	18.288
Créditos fiscais	21.3	14.906	16.027			<b>301.046</b>	<b>287.727</b>
Bens destinados à venda	10	10.010	10.010	<b>Patrimônio social</b>			
Imobilizado	11	29.560	29.576	Capital social	16.1	284.280	284.280
Intangível	11	1	2	Reserva de lucros	16.2	150.182	143.154
		<b>616.841</b>	<b>641.212</b>			<b>434.462</b>	<b>427.434</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>775.979</b>	<b>779.718</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>775.979</b>	<b>779.718</b>				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

**Demonstrações do resultado**  
**Em 30 de junho de 2021**  
**(Em Reais Mil)**

	Nota explicativa	30/06/2021	30/06/2020
Receitas	17	25.256	25.307
Custos	18	(11.628)	(13.995)
Lucro bruto		13.628	11.312
Despesas com pessoal		(1.723)	(1.725)
Despesas administrativas		(1.663)	(1.688)
Despesas tributárias	7	(1.459)	(1.824)
Atualização monetária (correção saldo negativo de IRRF)		6	68
Outras receitas e despesas operacionais		46	-
		(4.792)	(5.169)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		8.835	6.143
Receitas financeiras	20	2.547	2.713
Despesas financeiras		(106)	(92)
Receitas financeiras líquidas		2.441	2.621
Resultado antes dos impostos		11.276	8.764
Imposto de Renda e CSLL	21	(2.606)	(3.006)
Provisão imposto diferidos	21.2	(521)	774
Reversão crédito fiscal sobre compensação de prejuízo	21.3	(1.121)	(1.294)
		(4.248)	(3.526)
Lucro líquido do período		7.028	5.238
Lucro líquido do período por ação		0,21	0,16

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



**Demonstrações do resultado abrangente**  
**Em 30 de junho de 2021**  
**(Em Reais Mil)**

	30/06/2021	30/06/2020
Resultado abrangente do período	7.028	5.238
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.		

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Zy' followed by a stylized flourish.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**  
**Em 30 de junho de 2021**  
**(Em Reais Mil)**

	Reservas de lucros			Lucros líquidos/(prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Lucros a destinar		
Saldos em 1º de janeiro de 2020	284.280	8.234	119.259	-	411.773
Lucro líquido do período	-	-	-	5.238	5.238
Transferências para reservas	-	262	4.976	(5.238)	-
Saldos em 30 de junho de 2020	284.280	8.496	124.235	-	417.011
Saldos em 1º de janeiro de 2021	284.280	9.017	134.137	-	427.434
Lucro líquido do período	-	-	-	7.028	7.028
Transferências para reservas	-	351	6.677	(7.028)	-
Saldos em 30 de junho de 2021	284.280	9.368	140.814	-	434.462

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
**Em 30 de junho de 2021**  
**(Em Reais Mil)**

	30/06/2021	30/06/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	7.028	5.238
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	17	23
Variação monetária líquida	(10.060)	(5.785)
Custo de captação amortizado	5	21
Despesas de juros	24	350
Provisão de Impostos diferidos	521	(774)
Provisão para contingências	1.223	1.596
Créditos fiscais	1.121	1.294
Juros reconhecidos sobre créditos a receber	(3.544)	(5.003)
	<u>(3.664)</u>	<u>(3.040)</u>
Aumento líquido/(redução) nos ativos		
Recebimento de créditos	49.618	62.689
Impostos a recuperar	1.301	1.198
Aplicações vinculadas	(1.725)	-
Outros Ativos Circulantes	(2)	(12)
Antecipação de Impostos	(1.627)	(2.191)
Realizável a Longo Prazo	(807)	(12.045)
	<u>46.758</u>	<u>49.639</u>
Aumento líquido/(redução) nos passivos		
Fornecedores	(8)	19
Impostos e Obrigações a recolher	1.548	2.123
Obrigações sociais e trabalhistas	(5)	(18)
Provisões trabalhistas	102	169
Outros Passivos	2	(3)
	<u>1.639</u>	<u>2.290</u>
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	<u>44.733</u>	<u>48.889</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição imobilizado/intangíveis	-	(2)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>(2)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de debêntures	(25.833)	(50.040)
Juros pagos sobre debêntures	-	(2.753)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamentos	<u>(25.833)</u>	<u>(52.793)</u>
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>18.900</u>	<u>(3.906)</u>
Caixas e equivalentes no início do período	67.847	69.004
Caixas e equivalentes no final do período	86.747	65.098
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>18.900</u>	<u>(3.906)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



## **1. Contexto operacional**

A PBH Ativos é uma sociedade de economia mista registrada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, constituída em 29 de março de 2011, com prazo de duração indeterminado, detendo o Município de Belo Horizonte/MG a quase totalidade de suas ações, tendo como objetivo, principalmente, titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais; auxiliar o Tesouro Municipal na captação de recursos financeiros; auxiliar o município na realização de investimentos em geral e em projetos de concessão ou parceria público privada, podendo para tanto dar garantias ou assumir obrigações; licitar ou realizar obras mediante convênio ou contrato com órgãos ou entidades da Administração Pública Indireta do Município.

Em razão da pandemia causada pelo COVID-19, a Companhia implementou o regime de trabalho remoto, a partir de 18 de março de 2020, mantendo as suas atividades administrativas e operacionais em funcionamento por meio de tecnologias remotas e comunicação virtual.

Não foram identificados impactos que requeressem ajustes sobre as Informações Contábeis Intermediárias de 30 de junho de 2021.

## **2. Políticas contábeis**

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo os princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na Elaboração das Demonstrações Contábeis Anuais em 31 de dezembro de 2020. Desta forma, estas demonstrações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis.

Todas as informações financeiras estão apresentadas em Real e foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.1. Aprovação das demonstrações contábeis intermediárias**

A emissão dessas Demonstrações contábeis intermediárias foi autorizada pela administração da PBH Ativos S.A. em 10 de fevereiro de 2022.

**3. Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem saldos de caixa, bancos, numerários em trânsito e aplicações financeiras. Estão representados pelos valores de realização, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

Em 30 de junho de 2021, os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentam os seguintes valores:

	Notas	30/06/2021	31/12/2020
Caixa e bancos		-	-
Aplicações financeiras	3.1	86.433	67.698
Numerários em trânsito	3.2	314	149
		<u>86.747</u>	<u>67.847</u>

**3.1. Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras da Companhia são representadas por fundos de investimentos de liquidez e rentabilidade diárias, atrelados à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário "CDI", com remuneração de aproximadamente 100% do CDI.

São gerenciados pela Companhia para cumprimento de seus compromissos de curto prazo.

**3.2. Numerários em trânsito**

Correspondem a valores reconhecidos no decorrer do exercício que ainda não integraram o saldo de bancos na conta corrente da empresa no fim do mês.

**4. Créditos a receber**

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do balanço patrimonial. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultados.

O saldo a receber é originado das operações referentes aos direitos de créditos junto a Copasa MG e dos Direitos Autônomos de Recebimento de Créditos adquiridos do Município, e foram cedidos fiduciariamente para as garantias de PPP e para a operação de debêntures, respectivamente.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias  
Em 30 de junho de 2021  
(Em Reais Mil)**

São tratados como mantidos até o vencimento considerando que não podem ser negociados no mercado face às suas naturezas e origens.

Os saldos em 30 de junho de 2021 estão assim apresentados:

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contas a Receber			224
Copasa MG	4.1	20.445	19.532
Direitos Creditórios a Receber	4.2	45.008	46.018
Circulante		<u>65.453</u>	<u>65.774</u>
Copasa MG	4.1	196.012	197.235
Direitos Creditórios a Receber	4.2	192.957	215.772
Não circulante		<u>388.969</u>	<u>413.007</u>

#### **4.1. Créditos COPASA MG a receber**

Correspondem a créditos detidos pelo Município de Belo Horizonte/MG perante a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, transferidos para a PBH Ativos S/A a título de subscrição de capital social realizada em 29 de maio de 2012, com vencimento em junho de 2031.

Estes créditos são provenientes de instrumento contratual celebrado entre o Município de Belo Horizonte, a COPASA MG e a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP) e do Termo de Reconhecimento de Dívida.

O saldo dos Créditos COPASA MG a Receber reflete as amortizações ocorridas e atualizações mensais (pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), são classificados conforme demonstrados no quadro a seguir:

Estes créditos foram dados, pela PBH Ativos, como garantia em PPP's do Município, sendo que seu recebimento ocorre em contas bancárias gravadas de penhor em favor das concessionárias (nota explicativa nº9).

#### **4.2. Direitos creditórios a receber**

Provenientes da Cessão de Direitos de Créditos Autônomos realizada pelo Município de Belo Horizonte, em 01 de abril de 2014, e voltada para a subscrição integral de debêntures subordinadas, não conversíveis em ações, de forma privada, no valor nominal de R\$ 880.320 mil, com vencimento em abril de 2035.

Foram reconhecidos inicialmente pelo valor do principal do parcelamento acrescidos de atualização monetária, multa e juros até a data de cessão,

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias  
Em 30 de junho de 2021  
(Em Reais Mil)**

01 de abril 2014, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros baseando no Fluxo de Recebimento de Parcelamentos Ativos e dos Juros, constante no contrato de cessão.

São atualizados em 1º de janeiro de cada ano pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, além de sofrer incidência, mensalmente, de juros de 1% ao mês sobre o valor do principal atualizado, de acordo com as legislações e resoluções fiscais aplicáveis aos créditos originários.

**5. Impostos a recuperar**

Referem-se a créditos de PIS/COFINS, INSS e Saldos Negativos de IRPJ e CSLL.

Os valores são demonstrados em 30 de junho de 2021, conforme quadro a seguir:

	30/06/2021	31/12/2020
INSS	1	1
PIS/COFINS/IRRF	47	17
Saldo Negativo IRPJ e CSLL	354	1.685
	<b>402</b>	<b>1.703</b>

**6. Antecipação de impostos**

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possui créditos tributários originados por montantes antecipadamente pagos por estimativa de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 1,6 milhões, reguladas pelos artigos nº 219, 229 e 921 do Decreto nº 9.580/18.

**7. Depósitos judiciais e contingências fiscais**

Através do Mandado de Segurança nº 0014187-35.2016.4.01.3800, distribuído em 14 de março de 2016, a Companhia contesta a validade do Decreto nº 8.426/15, que elevou de 0% para 4,65% a alíquota de incidência da Contribuição para PIS/COFINS sobre as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa, requerendo, destarte, a declaração de inexistência da obrigação tributária.

Em 18 de março de 2016, foi concedido por meio de liminar o não recolhimento dos valores ao ente federativo, sendo determinada, em contrapartida, a realização dos depósitos dos valores em juízo.

O litígio foi classificado pelos seus assessores jurídicos como perda provável, diante da Denegação do Mandado de Segurança em 28 de agosto de 2018 e,

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias**  
**Em 30 de junho de 2021**  
**(Em Reais Mil)**

---

desta forma, a Administração deliberou em constituir uma provisão de contingência no mesmo montante do depósito judicial.

Assim, em 30 de junho de 2021, o valor do Passivo Contingente e dos depósitos judiciais atualizados corresponde ao importe de R\$ 19,5 milhões (18,3 milhões em 31 de dezembro de 2020).

#### **7.1 Outras demandas judiciais - Contingências não provisionadas**

- **Mandado de Segurança - 1009059-46.2018.4.01.3800 (Natureza tributária)** - Trata-se de Mandado de Segurança em que a PBH ATIVOS pede a concessão da segurança para que reste reconhecido o seu direito de poder quitar débitos de IR e de CSLL sem a restrição introduzida pelo inciso IX do §3º do artigo 74 da Lei 9.430/1996, trazido pela Lei 13.670/2018, ou seja, podendo fazê-lo via compensação, tal qual autorizado antes do advento do referido diploma legal.
- **Ação Civil Pública - 5044155-98.2017.8.13.0024 - (Natureza Cível)** - Trata-se de Ação Civil Pública. Apurar supostas irregularidades no que tange aos benefícios e ao recebimento de altos salários por parte dos agentes públicos vinculados a PBH ATIVOS S/A, sociedade de economia mista municipal, integrante da Administração Indireta Municipal. A PBH Ativos informa nos autos que foi aprovado o Plano de carreira, Cargo e Salário, bem como a realização de concurso público. O concurso foi homologado e as nomeações dos aprovados iniciadas desde 2019.

O desfecho destas ações judiciais discutidos pela PBH Ativos em juízo é considerado pelos assessores jurídicos como perda possível.

O processo de identificação, classificação e avaliação de riscos dos processos judiciais é realizado pelos Assessores Jurídicos da Companhia com o acompanhamento, participação e monitoramento da Diretoria e do Conselho de Administração.

#### **8. Aplicações financeiras**

Esse grupo é representado da seguinte posição:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicação financeira curto prazo (a)	4.904	3.179
Aplicação financeira longo prazo (a)	-	6.556
	<u>4.904</u>	<u>9.735</u>

- a) O valor da aplicação financeira de R\$ 4,9 milhões (R\$ 3.2 milhões em dezembro de 2020) está destinado ao pagamento das parcelas de amortizações a favor dos

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias  
Em 30 de junho de 2021  
(Em Reais Mil)**

---

debenturistas de mercado que, no momento, está retido em uma conta vinculado do Banco do Brasil nº 18.120-X, por conta da decisão cautelar nos Autos de Representação nº 1.024.572, que tramita perante a 1ª Câmara do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE/MG).

- b) O saldo excedente da conta vinculada PBH Ativos - UMEIS 3491-8 foi transferido para a conta 3792-5 e reclassificado para a conta de livre movimentação da PBH Ativos, registrado no curto prazo.

## **9. Garantias e cauções**

### **9.1. Garantias e cauções classificadas no Ativo Não Circulante**

Representadas por contas aplicações financeiras em fundos de investimentos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal. Conforme demonstrado:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplic. Financeira - BB - CC 21179-6	-	5.353
Aplic. Financeira - CEF 3491-8	26.636	26.394
Aplic. Financeira - CEF 3791-7	20.701	15.139
Aplic. Financeira - CEF 3483-7	106.548	100.860
	<u>153.885</u>	<u>147.746</u>

Cada conta de aplicação financeira é destinada a prover uma garantia específica, conforme descrito a seguir:

#### **a) Aplicações financeiras vinculadas às Contas nºs 3491-8, 3791-7 e 3483-7**

Destinadas a prover garantia na Parceria Público Privada (PPP) junto à Secretaria Municipal de Educação para construção das Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEs) e Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs), prover garantia na PPP da Saúde (UBS) e prover garantia na PPP junto à Secretaria Municipal de Saúde para construção do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro (HMDCC).

#### **b) Aplicação financeira vinculada à Conta nº 21.179-6**

A Assembleia Geral dos Debenturistas de 14/06/2021 ratificou com base nas decisões da Representação do TCE pela liberação de R\$ 5,3 milhões em junho de 2021 aplicada na Conta de Adiantamento ("Contas de Garantia") para a Conta de livre movimentação da PBH Ativos.

## **9.2. Garantias e cauções classificadas no Passivo Não Circulante**

Os valores indicados no Passivo Não Circulante a título de "Garantias e Cauções" referem-se a cauções contratuais com fornecedores. Em 30 de junho de 2021 é R\$ 14 (R\$ 13 saldo em dezembro de 2020).

## **10. Bens destinados à venda**

Compreendem terrenos adquiridos em abril de 2012 junto à União por meio de financiamento com a Caixa Econômica Federal, cujo valor de aquisição foi de R\$ 10.010 mil.

Os terrenos foram destinados ao Município de Belo Horizonte, através de um termo de permuta de bens imóveis e cessão de uso gratuito com o Município de Belo Horizonte realizado em 30 de abril de 2015, para edificação da nova Rodoviária da Prefeitura.

Deste modo, considerando o tempo a transcorrer do processo de permuta com o cronograma da referida obra, foi cedido pela Companhia ao Município o uso gratuito dos terrenos até que efetive a permuta por outros imóveis do Município.

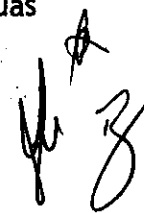
Os Terrenos foram reavaliados sem indicações de perda de valor econômico.

## **11. Ativo imobilizado e Ativo intangível**

O Ativo Imobilizado é representado por terrenos integralizados em 2014 e 2015, no importe de R\$ 29.426 mil e por bens que contribuem para a realização do objeto social da Companhia. No exercício de 2017 os terrenos foram reclassificados da rubrica Bens Destinados para Venda para a Rubrica "Ativo Imobilizado" considerando a revogação do Processo nº 01.047.202/15-56 de licitação para alienação dos terrenos, conforme consta em Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia na data 30 de março de 2017.

O Ativo Intangível é composto por programas (softwares) não customizados com valor residual de R\$ 1 e (R\$ 2 em dezembro de 2020).

Os bens corpóreos e os intangíveis são registrados pelo custo de aquisição e são depreciados e/ou amortizados baseando-se no método linear e foram reavaliados sem indicações de perda de valor econômico em face das suas características e utilização.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias**  
**Em 30 de junho de 2021**  
**(Em Reais Mil)**

---

A posição patrimonial da PBH Ativos, em 30 de junho de 2021 é a seguinte:

▪ **Imobilizado**

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Terrenos	29.426	29.426
Computadores e periféricos	31	38
Moveis e utensílios	99	107
Máquinas e equipamentos	4	5
<b>Total</b>	<b>29.560</b>	<b>29.576</b>

## **12. Debêntures**

### **12.1. Debêntures - 1º Emissão**

São debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, emitidas em 1 de abril de 2014 para subscrição privada, as quais foram inteiramente subscritas pelo município de Belo Horizonte e integralizadas mediante a cessão de Direitos de Crédito Autônomos, no importe total de R\$ 880.320.000 (correspondente a 88.032 debêntures subordinadas emitidas com valor nominal unitário de R\$ 10 mil), possui prazo de vencimento em abril de 2023.

São atualizadas pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos meses de janeiro de cada ano, calculado sobre o saldo devedor em 31 de dezembro do ano anterior (nos mesmos moldes da atualização dos Direitos Creditórios).

Em janeiro de 2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 11,6 milhões (R\$ 13, 6 milhões em 2020) a título de atualização monetária sobre o saldo devedor das referidas debêntures e até 30/06/2021 realizou amortizações parciais no montante total de R\$ 54,1 milhões (R\$ 72,1 milhões no exercício de 2020).

Portanto, em 30 de junho de 2021 o saldo das Debêntures de Primeira Emissão corresponde a R\$ 242 milhões (R\$ 256 milhões - 31/12/2020).

### **12.2. Debêntures - 2º Emissão**

São constituídas por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de Direitos Creditórios Autônomos, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

Na data da emissão, 15 de abril de 2014, correspondiam a 2.300 debêntures com valor unitário de R\$ 100 mil, no montante total de



## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de junho de 2021 (Em Reais Mil)

---

R\$ 230 milhões, com prazo de vencimento em 15 de abril de 2021. Em 09 de maio de 2016 foi celebrado o terceiro aditamento com alterações no cronograma de amortização das Debêntures, modificando os percentuais de amortização previstos para os meses de maio de 2016 a abril de 2021.

São atualizadas mensalmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com pagamentos mensais de amortizações e de juros à taxa de 11% a.a.

Os saldos contábeis são reconhecidos pelo valor justo no momento inicial e posteriormente mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O contrato das debêntures de 2ª emissão da PBH Ativos teve o seu contrato encerrado em abril de 2021 sem que houvesse sua quitação integral. As parcelas devidas e não pagas de julho/2020 até abril/2021 estão retidas na conta número: 18.120-X, agência 1615-2, do banco do Brasil ("contas de Pagamento"), conforme decisão do TCE, o que representa um saldo em 30 de junho de 2021 de R\$ 4,9 milhões (R\$ 3,2 milhões em dezembro de 2020).

### 12.3. Informação sobre acórdão TCE-Representação 1.024.572

Em 17 de junho de 2020, o acórdão do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE/MG) referendou a medida cautelar proferida no âmbito da Representação 1.024.572 (Apenso 1.031.793) que discute, dentre outros pontos, aspectos da "Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não-conversíveis, com Garantia Real, em Série única, Com Esforços Restritos de Colocação" realizada pela Companhia. A Emissora foi intimada acerca do acórdão no sentido de que fosse suspenso, em caráter acautelatório, o pagamento das parcelas diretamente aos debenturistas de mercado e de que tais valores fossem depositados numa conta apartada com aplicação financeira de liquidez diária.

No referido acórdão, determinou-se que o Banco Centralizador e o Agente Fiduciário adotassem medidas para o cumprimento do acima citado, de acordo com o prazo de amortização previsto no cronograma da operação, até a superveniência da decisão definitiva pelo Tribunal.

Na oportunidade, o Tribunal de Contas afastou a possibilidade de o Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora em razão dessa decisão. Além de ter frisado que as determinações expedidas ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário proíbem a interrupção de qualquer transferência para a conta de livre movimentação e a retenção de valores das contas vinculadas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias**  
**Em 30 de junho de 2021**  
**(Em Reais Mil)**

A PBH Ativos indicou o domicílio bancário exclusivo para o cumprimento do acórdão, bem como o Agente Fiduciário e Banco Centralizador cumpriram o determinado pelo Tribunal, já a partir da parcela subsequente, de julho de 2020.

O desfecho desta ação judicial discutido pela PBH Ativos em juízo é considerado pelos assessores jurídicos como perda possível.

### 13. Impostos e obrigações a recolher

Os saldos referentes aos Impostos e Obrigações a Recolher são apresentados conforme quadro a seguir:

	30/06/2021	31/12/2020
CSLL	693	436
IRPJ	1.913	435
IRRF	86	110
PIS/COFINS/CSLL/ISS a recolher	4	3
	<b>2.696</b>	<b>1.148</b>

Os saldos de IRPJ e CSLL em 30/06/2021 são apurados mensalmente para efeito de suspensão/redução do pagamento destes impostos devidos em dezembro/2020, os quais serão compensados com os pagamentos antecipados destacados na Nota Explicativa nº 6.

### 14. Salários, remunerações e encargos sociais

Em 30 de junho de 2021, o saldo da conta de salários, remunerações e encargos sociais estão assim demonstrados:

	30/06/2021	31/12/2020
Ordenados e salários	231	234
FGTS a recolher	18	24
INSS e RPPS a recolher	87	83
	<b>336</b>	<b>341</b>

### 15. Provisões trabalhistas

Os saldos referentes às provisões são apresentados conforme quadro a seguir:

	30/06/2021	31/12/2020
Provisão para 13º Salário	77	-
Provisão para Férias	234	235
Encargos s/ Provisão de 13º Salário	27	-
Encargos s/ Provisão de Férias	83	84
	<b>421</b>	<b>319</b>

**16. Patrimônio líquido****16.1. Capital social**

O capital social integralizado em 30 de junho de 2021 é de R\$ 284.280.301, representado por 32.851.182 ações ordinárias.

**16.2. Reservas****a) Reserva legal**

Correspondente a 5% (cinco por cento), antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social, tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

**b) Reserva de lucros**

Composto pelo saldo remanescente do lucro líquido do exercício subtraído da reserva legal. Nos termos do inciso III do parágrafo 3º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, a proposta da atual administração é destinar a retenção de todo o lucro líquido incorrido até o presente exercício para Reserva de Lucros a Destinar, a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária.

**17. Receitas**

Em 30 de junho de 2021 as receitas são compostas pelos seguintes valores:

	30/06/2021	30/06/2020
Juros	3.544	5.003
Atualização de Créditos	21.659	19.409
Prestação de Serviços	53	895
	<u>25.256</u>	<u>25.307</u>

**17.1. Juros auferidos**

São juros incidentes sobre os valores dos "Direitos Creditórios" reconhecidos pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros, que desconta os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do ativo financeiro (vide Nota nº 4.2).

**17.2. Atualização de créditos**

Decorrem, principalmente, da atualização do saldo dos créditos relativos ao Convênio COPASA-MG e do saldo credor dos Direitos Creditórios (Nota

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias  
Em 30 de junho de 2021  
(Em Reais Mil)**n<sup>os</sup> 4.1 e 4.2).**18. Custos**

São reconhecidos como custos operacionais os valores incorridos na operação das Debêntures, compostos pelos seguintes valores:

	30/06/2021	30/06/2020
Atualização s/ Debêntures	11.599	13.624
Juros s/ Debêntures	24	350
Amortização de custos de captação	5	21
	<b>11.628</b>	<b>13.995</b>

**19. Despesas tributárias**

As despesas tributárias da Companhia em 30 de junho de 2021 estão assim demonstradas:

	30/06/2021	30/06/2020
Processos fiscais (Nota nº 7)	1.223	1.596
IPTU	234	227
Outros	2	1
	<b>1.459</b>	<b>1.824</b>

**20. Resultado financeiro líquido**

O resultado financeiro da Companhia em 30 de junho de 2021 está assim demonstrado:

	30/06/2021	30/06/2020
<b>Receitas Financeiras</b>		
Receitas c/ aplicações financeiras	2.543	2.709
Outras receitas financeiras	4	4
	<b>2.547</b>	<b>2.713</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Comissões despesas bancárias	(39)	(37)
Variação monetária	(48)	-
IOF	(19)	(55)
	<b>(106)</b>	<b>(92)</b>
	<b>2.441</b>	<b>2.621</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias**  
**Em 30 de junho de 2021**  
**(Em Reais Mil)**

**21. Impostos de Renda e Contribuição Social**

A Companhia adota a apuração do IRPJ e CSLL com base no lucro real anual. Os tributos definitivos são apurados ao término do exercício, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2021	30/06/2020
<b>Composição</b>		
Resultado Contábil	7.028	5.238
Provisões não dedutíveis	1.744	832
<b>(=) Lucro Líquido</b>	<b>8.772</b>	<b>6.059</b>
<b>(+) Adições</b>	<b>27.437</b>	<b>31.045</b>
<b>(-) Exclusões</b>	<b>(25.210)</b>	<b>(24.420)</b>
<b>Resultado Fiscal</b>	<b>10.999</b>	<b>12.684</b>
<b>(-) Compensação Prejuízo/Base Negativa de Exerc. Anteriores</b>	<b>(3.299)</b>	<b>(3.805)</b>
<b>Base de Cálculo</b>	<b>7.700</b>	<b>8.879</b>
IRPJ	1.913	2.207
CSLL	693	799
<b>IR/CSLL corrente</b>	<b>2.606</b>	<b>3.006</b>

**21.1. IRPJ e CSLL sobre Lucro Líquido**

O imposto de renda do exercício corrente é calculado com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil, para imposto de renda. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Ambos tributos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitadas a 30% do lucro real.

Ressalta-se que, dentre as receitas auferidas, partes não foram realizadas, de modo que são excluídas da base de cálculo para fins de apuração.

**21.2. Provisão de imposto de renda e contribuição social sobre receita não realizada**

De acordo com o inciso "a" e "b" do artigo 3º do Decreto nº 1.578/77 e atualizado pelo Decreto nº 1.698/78, o artigo 10º da IN nº 21/79 e IN nº 1.700/2018, a Companhia realiza o diferimento do IRPJ e da CSLL sob as receitas não realizadas de atualização monetária do saldo devedor da COPASA e dos juros compensatórios e atualização monetária sobre o saldo devedor dos Direitos Creditório Autônomos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias  
Em 30 de junho de 2021  
(Em Reais Mil)**

Em 30 de junho de 2021 foram contabilizadas provisões de imposto de renda e contribuição social diferida sobre o valor da receita financeira não realizada no período:

<b>IRPJ e CSLL diferidos (em milhares de Reais)</b>	<b>IRPJ e CSLL Provisionado (R\$)</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	73.157
IRPJ e CSLL sobre Receita não realizada COPASA	831
IRPJ e CSLL sobre Rec. não realizada Direitos Cred. a Receber	(2.912)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	71.076
IRPJ e CSLL sobre Receita não realizada COPASA	2.010
IRPJ e CSLL sobre Rec. não realizada Direitos Cred. a Receber	(1.489)
Saldo em 30 de junho de 2021	71.597

**21.3. Crédito fiscal a compensar**

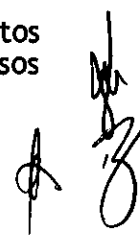
A Companhia possui créditos fiscais ativados contabilmente, relativos a prejuízos fiscais/bases negativas a compensar em períodos futuros, conforme valores a seguir discriminados.

<b>Créditos fiscal a compensar</b>	<b>CSLL (9%) e IRPJ (25%)</b>
Prejuízo Fiscal Exercício 2012	120
Compensação Prej. Resultado Exercício 2013	(89)
Saldo Prej. Fiscal Exercício 2012 não compensado	31
Prejuízo Fiscal Exercício 2014	5.414
Prejuízo Fiscal Exercício 2015	9.294
Prejuízo Fiscal Exercício 2016	12.729
Prejuízo Fiscal Exercício 2017	(426)
Prejuízo Fiscal Exercício 2018	(3.322)
Prejuízo Fiscal Exercício 2019	(4.232)
Prejuízo Fiscal Exercício 2020	(3.461)
Prejuízo Fiscal Exercício 30.06.2021	(1.121)
Total	14.906

**22. Operações com partes relacionadas**

As operações com partes relacionadas são relativas (i) à cessão de Direitos de Crédito Autônomos (Direitos Creditórios a Receber); (ii) à emissão de Debêntures de Primeira Emissão, subscritas pelo Município de Belo Horizonte, acionista majoritário e (iii) contratos de penhor para as PPP's da Saúde, UMEIS, conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 4, 9 e 12. Tais operações foram realizadas em condições de mercado e levando em consideração as normas legais a que a PBH Ativos estão sujeitos.

Importante destacar que os fluxos recebíveis da COPASA e dos Direitos Creditórios não sofreram alterações que compromettesse os seus compromissos com os debenturistas e a garantias das PPP's a curto prazo.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias**  
**Em 30 de junho de 2021**  
**(Em Reais Mil)**

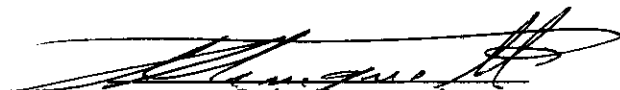
---


**23. Ativos e passivo financeiros**

Os principais instrumentos financeiros e seus respectivos valores justos estão representados nas notas explicativas nº 4, 9 e 12. O valor justo é considerado idêntico aos saldos contábeis, principalmente, considerando que foram dados em garantia em operações de emissões de debêntures e de contratos de PPP, que são operações impossibilitados de serem negociados no mercado.

**24. Eventos subsequentes**

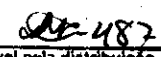
Administração reconhece sua responsabilidade pela adequada apresentação e divulgação das demonstrações contábeis e confirma que não ocorreram eventos subsequentes relevantes entre o encerramento do exercício findo em 30 de junho de 2021 e a data de aprovação dessas demonstrações contábeis datadas em de 10 de fevereiro de 2022.

  
Pedro Meneguetti  
Diretor Presidente

  
Fábio Menezes Resende  
Contador: CRC/MG 079805/O-8

PBHATIVOS



AVULSOS DISTRIBUÍDOS	
EM	4 / 4 / 22
	
Responsável pela distribuição	